



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROJETO DE RESOLUÇÃO**

## **N.º 32, DE 2011**

**(Do Sr. Policarpo)**

Acrescenta Parágrafo Único ao art. 1º do Ato da Mesa nº 104, de 1988, para excluir do benefício do auxílio moradia os deputados federais eleitos pelo Distrito Federal.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PRC-133/2008.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Acrescente-se Parágrafo Único ao artigo 1º do Ato da Mesa nº 104, de 1988, para excluir do benefício do auxílio moradia os deputados federais eleitos pelo Distrito Federal.

Art. 2º O 1º do Ato da Mesa nº 104, de 1988, passa a vigorar com o seguinte Parágrafo Único:

*“PRÁGRAFO ÚNICO: Exclui-se do benefício do auxílio moradia os deputados federais eleitos pelo Distrito Federal.”*

### **JUSTIFICAÇÃO**

O auxílio moradia é um benefício destinado a cobrir as despesas dos deputados federais com moradia ou estada em Brasília, só se justificando em face das despesas adicionais que os deputados de outros estados da Federação arcam com a manutenção de duas residências, sendo obrigados a custear a moradia de suas famílias em seu estado de origem e a residir boa parte do ano em Brasília.

Entretanto, tal benefício não se justifica para os deputados que já residem em Brasília, tendo aqui seu domicílio eleitoral e seus lares.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2011.

Deputado Policarpo  
PT/DF

<b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b>
--

### **ATO DA MESA Nº 104, DE 1988**

Dispõe sobre a concessão de auxílio-moradia, nas condições que especifica.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, nos termos do art. 14 do Regimento Interno,

## RESOLVE:

Art. 1º É facultada, em caráter temporário, a concessão de auxílio-moradia ao deputado, em exercício, não contemplado com unidade residencial funcional pela Câmara dos Deputados.

Art. 2º O Auxílio-Moradia constitui-se no reembolso mensal da despesa comprovada com moradia ou estada do Deputado no Distrito Federal, dentro dos limites fixados neste Ato.

Parágrafo único. A comprovação da despesa será feita mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo estabelecimento hoteleiro prestador dos serviços, referente à diária do hotel ou através de recibo emitido pelo locador do imóvel objeto do contrato de locação. *(Artigo com redação dada pelo Ato da Mesa nº 34, de 31/3/1992 e transformado em § 1º pelo Ato da Mesa nº 41, de 30/6/1992)*

§ 2º Os comprovantes da despesa deverão ser entregues à Coordenação de Habitação do dia 10 ao dia 15 de cada mês. *(Parágrafo acrescido pelo Ato da Mesa nº 41, de 30/6/1992)*

§ 3º A não-comprovação da despesa, a partir de 2 de fevereiro de 1993, implicará desconto do imposto de renda, na forma da lei. *(Parágrafo acrescido pelo Ato da Mesa nº 76, de 14/4/1993, produzindo efeitos a partir de 2/2/1993)*

Art. 3º A partir do mês de março de 1993, o valor do Auxílio-Moradia fixado no Ato da Mesa nº 65, de 1993, será reajustado pelo IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado, do mês anterior. *(Artigo com redação dada pelo Ato da Mesa nº 76, de 14/4/1993, produzindo efeitos a partir de 2/2/1993)*

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das reuniões, 1º de dezembro de 1988.

ULYSSES GUIMARÃES,  
Presidente da Câmara dos Deputados.

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------